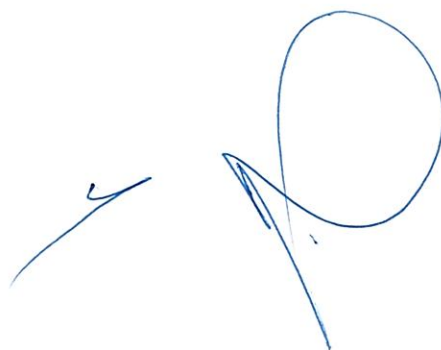


TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

ÍNDICE:

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Exercício	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC (Método Indireto).....	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL.....	5
Demonstração do Resultado Abrangente-DRA	5
Demonstração do DVA – Valor Adicionado	6
Notas explicativas	7
Relatório da Auditoria Independente (ACS AMÉRICA Auditores Independentes)	14



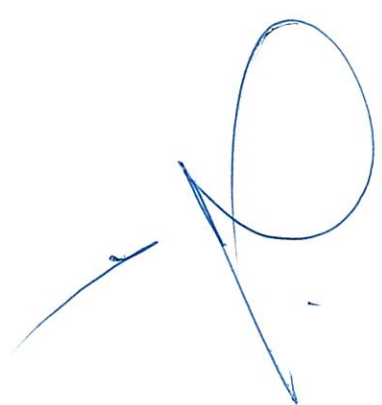
TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	<u>31/12/2018</u>
ATIVO		
Circulante		100.000
Caixa e equivalentes de caixa	5	100.000
Não circulante		224.219
Imobilizado	6	224.219
Total do ativo		<u>324.219</u>
 PASSIVO		
Circulante		29.649
Fornecedores	7	28.863
Tributos e contribuições sociais	8	786
Não circulante		0
Patrimônio líquido	9	294.569
Capital social	10	294.569
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>324.219</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



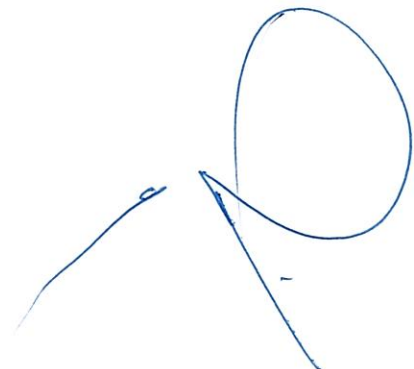
TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO-DRE

	Nota	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional bruta		0
Deduções da receita operacional Tributos e Encargos		0
Encargos		0
Receita operacional líquida		0
Custo Gerenciáveis		0
Serviço de terceiros		0
Despesas Gerais e Administrativas		0
Resultado da atividade da concessão		0
Resultado Extra-concessão		0
Receita Financeira		0
Despesa Financeira		0
Resultado antes dos impostos		0
IR/CS corrente		0
IR/CS diferido		0
Lucro ou prejuízo líquido do exercício		0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-DFC (Método Indireto)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	31/12/2018
Resultado do Exercício	0
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa	
Amortização e Depreciação	-
Perdas do Ativo Imobilizado	-
	0
Aumento (ou redução) nos Ativos e Passivos operacionais	
Impostos a recuperar	0
Adiantamentos a funcionários	0
Fornecedores	28.863
Impostos a recolher	786
	29.649
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	29.649
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de ativo imobilizado	(224.219)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(224.219)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	294.569
AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	294.569
Aumento ou redução de caixa e equivalentes de caixa	100.000
Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No fim do período	100.000
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	100.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-DMPL

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízo Acumulado	Total
		Legal			
Saldos em 16 de agosto de 2018 (constituição)	100.000	0		0	100.000
Integralização de capital	194.569				194.569
Prejuízo líquido do exercício				0	0
Saldos em 31 de dezembro de 2018	294.569	0		0	294.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE-DRA

	31/12/2018
Prejuízo Líquido do Exercício	0
Outros resultados abrangentes	0
Total do resultado abrangente do exercício	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - DVA

	<u>31/12/2018</u>
1 - Receitas	0
1.1 - Receita Operacional	0
1.2 - Outras receitas/resultados (não operacionais)	0
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	0
2.1 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	0
3 - VALOR ADICIONADO BRUO (1-2)	0
4 - RETENÇÕES	0
4.1 - Depreciação	0
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	0
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA	0
6.1 - Receitas financeiras	0
6.2 - Doações e Subvenções para investimentos	0
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	0
8.1 - PESSOAL E ENCARGOS	0
8.1.1 - Remuneração direta (incluindo os benefícios)	0
8.1.2 - F.G.T.S.	0
8.2 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0
8.2.1 - Federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS)	0
8.2.2 - Federais (PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSS)	0
8.2.3 - Estaduais	0
8.2.4 - Municipais	0
8.3 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	0
8.4 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	0
8.4.1 - Prejuízo do exercício	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.** (a “Companhia” ou “LAGOS”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, conforme Ata de Assembleia realizada no dia 16 de agosto de 2018, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob NIRE 3530052196-0, em sessão do dia 12 de setembro de 2018, não possui filiais, e tem por objeto social o fim específico e exclusivo de prestar o serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio da construção, operação e manutenção das instalações do trecho de linhas de transmissão referentes ao Lote 2, conforme especificações no Edital do Leilão n. 02/2018 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no competente Contrato de Concessão, objeto do Processo n. 48500.00006438/2017-43, incluindo, entre outros: **(i)** a execução e supervisão dos serviços de construção, montagem, manutenção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica e subestações; **(ii)** a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica que lhes tenham sido delegados ou cuja exploração lhes tenha sido concedida pela Administração Pública; **(iii)** o desenvolvimento de atividades correlatas ou que apresentem sinergia com as atividades acima, incluindo a elaboração e execução de projetos de engenharia e manejo ambiental necessário à consecução de tais atividades, e **(iv)** o envolvimento com questões sociais com a região onde se encontram suas instalações através de ações comunitárias bem como disponibilização de recursos físicos e logísticos caso solicitados por órgão competente. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Francisco de Souza Barbosa, 1-60, sala 03, Vila Monlevade, CEP 17030-050. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, no mês de julho de cada ano, compreendendo o período entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente, tudo isso nos termos do Contrato de Concessão nº 13/2018-ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no Anexo 6-02 do Edital do Leilão nº 02/2018-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 21 de março de 2022. A sociedade está em fase pré-operacional e tem a Zopone Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ 59.225.698/0001-96, como sua subsidiária integral.

1.1 Descrição do Projeto. INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO localizadas no estado do Rio de Janeiro, compostas pelo segundo circuito de Linha de Transmissão Lagos – Macaé, em 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16 km, com origem na Subestação Lagos e término na Subestação Lagos 345/38-13,8 kV x 400 MVA; CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. São ainda de responsabilidade da “Companhia” a implementação de trecho de Linha de Transmissão em 345 kV, circuito duplo, com extensão

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

aproximada de 5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 345 kV COMPERJ – Macaé e a Subestação Lagos, as ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Lagos, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações COMPERJ e Macaé.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações contábeis em 25 de março de 2019.

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e elaboradas de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Tais práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2.2. Base de preparação e apresentação: O valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, e tiveram suas casas decimais arredondadas. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3. Principais políticas contábeis: A Sociedade aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo no exercício apresentado nesta demonstração financeira. As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade estão descritas a seguir:

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda de apresentação: O valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, e tiveram suas casas decimais arredondadas, podendo, para fins de melhor ilustração, eventualmente estar representado com as duas casas após a vírgula (centavos). Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

3.2. Contratos de concessão: De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

3.3. Receita de concessão. **a.** Receita de construção. Não houve até 31 de dezembro de 2018, qualquer recebimento à título de receita originária do contrato entre a Companhia e a ANEEL. Como a Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo uma única acionista como subsidiária integral, detentora da totalidade de suas cotas, e que conhece e participa diariamente dos atos e fatos, decidimos que a receita só deve ser reconhecida a partir do momento em que a transmissora entrar em operação, mas procuramos apresentar na presente notas explicativas, o máximo de informações possíveis, motivo pelo qual na Demonstração do Resultado do Exercício-DRE a única receita demonstrada é a das aplicações financeiras, quando houver. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (ICPC 01 (R1)) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. **b.** Receita financeira de concessão. A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente por meio da RAP.

3.3.1. Receita Anual Permitida (RAP). Conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão, a Receita Anual Permitida ("RAP") pré-estabelecida é de R\$ 14.925.000 (quatorze milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), em conjunto com as regras de reajustes e de revisão constantes na cláusula sete do referido contrato, salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao PIS e a COFINS, a ser auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão.

3.3.2. Reconhecimento da Receitas. A Companhia reconhecerá as receitas tão somente quando concluir as obras e unitizar o imobilizado em curso, transferindo-os para imobilizado em serviço, e colocar a subestação em operação, momento em que lhe permitirá iniciar o recebimento da RAP.

3.4. Receita de juros. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. Não tendo havido lançamentos para essa rubrica no exercício de 2018.

3.5. Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **a.** Ativos financeiros não derivativos. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **b.** Passivos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores. Esses passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetários e/ou cambiais, incorridos até a data do balanço também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **c.** Ativos e passivos financeiros derivativos. No final de 2018, a

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Sociedade não possuía ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, ou seja, com alta liquidez.

Os equivalentes de caixa, quando houver, serão contabilizados sob a rubrica Aplicações Financeiras a Curto Prazo, e no plano contábil identificados como Contas de Investimentos.

3.7. Títulos e valores mobiliários. A Companhia não dispõe de valores sob essa rubrica, mas compreenderão os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. Esses valores são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e a determinação de sua classificação se dá no momento de seu reconhecimento inicial, no ato da contratação com a instituição bancária. Não houve registro nesta rubrica no exercício de 2018.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment). Muito embora não tenha havido lançamentos nessa rubrica, a Administração da Sociedade revisará anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

3.9. Imobilizado. Ainda em fase pré-operacional, todo imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, incluindo os custos de financiamentos a eles relacionados.

Impende ressaltar, que por estar em fase pré-operacional, a vida útil e possíveis residuais desses ativos ainda não foram reconhecidos como depreciação, e serão depreciados de acordo com as estimativas de vidas úteis.

3.10. Intangível. Os Ativos Intangíveis tem vidas úteis definidas, também são registrados pelo valor de custo e sofrem deduções das amortizações, estas reconhecidas linearmente com base na via útil estimada, e sofrem também deduções das perdas em razão da redução ao valor recuperável acumuladas. A "Companhia" não teve despesas sob essa rubrica no exercício 2018.

Quando da aquisição de software corporativos, estes serão capitalizados com base nos custos incorridos e que foram necessários para colocarem em estado de uso, e quando da sua amortização serão levados em conta a vida útil estimada.

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

3.11. Fornecedores. Os valores lançados sob essa rubrica são obrigações pela aquisição de insumos, bens e serviços, contabilizados no grupo passivo circulante, via de regra, adquiridos para pagamento em até 12 (doze) meses.

3.12. Outros ativos e passivos. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2018, a Sociedade optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Como não houve reconhecimento de receitas ao longo do exercício de 2018 evidente que não houve valores nesta rubrica ao longo do exercício. Quando há a diferença temporária entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação, deve haver também o reconhecimento dos passivos fiscais diferidos, levando-se a registro nas rubricas imposto de renda e contribuição social diferida, devendo ser mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e a mensuração dos passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a "Companhia" espera liquidar seus passivos.

3.14. Capital Social. O capital social é todo composto por ações ordinárias, não incorrendo custo na emissão.

3.15. AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. São legítimos ingressos de recursos na Companhia, visando e obrigando que esta promova o futuro aumento de capital, ou, exceção à regra, que restitua o valor que ingressou. Por este motivo, nas demonstrações financeiras os valores ingressados sob essa rubrica já constarão como Capital Social.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas correntes

Banco do Brasil – Ag. 0037-X Conta 31175509-7

31/12/2018

100.000
100.000

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

6. IMOBILIZADO

	31/12/2018
À Ratear (a)	<u>224.219</u>
	<u><u>224.219</u></u>

O valor da conta "imobilizado" se refere às Imobilizações em Curso, e no momento oportuno será tecnicamente transferido para a nomenclatura Ativo Financeiro Indenizável.

(a) Contas à ratear:

Outras Despesa	
Consultoria e Assessoria	5.338
Estudos e Projetos (b)	68.430
Taxas Diversas	21
Seguros	
Seguros	148.315
Tributos	
Taxas Estaduais	655
Taxas Municipais	<u>1.459</u>
	<u><u>224.219</u></u>

(b) Refere-se principalmente à estudos e projetos realizados para a construção da linha de transmissão.

7. FORNECEDORES

Fornecedores Diversos	
Ecology And Envrinment do Brasil Ltda	28.275
E-Construmarket Tecnologia e Serviços S.A.	<u>588</u>
	<u><u>28.863</u></u>

8. IMPOSTOS A RECOLHER

IRRF – retido de fornecedores	450
CSLL – Lei 10833/03	300
PIS – Lei 10833/03	6
COFINS – Lei 10833/03	<u>30</u>
	<u><u>786</u></u>

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito era de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) e, destes, havia sido integralizado R\$ 294.569 dividido em 294.569 de ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal.

TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
CNPJ: 31.484.507/0001-91

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

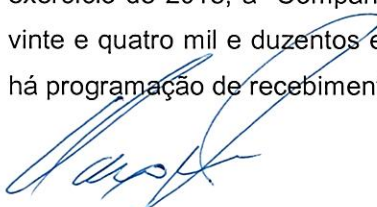
10. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 294.569, representado por 294.569 ações ordinárias, sem valor nominal:

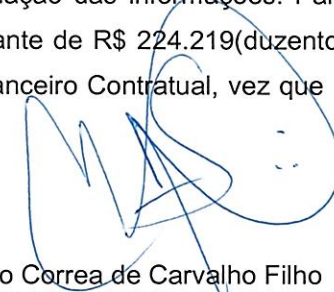
	Quantidade de ações		% do capital
	<u>Integralizadas</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Votante</u>	<u>Total</u>
ZOPONE Engenharia e Comércio Ltda.	294.569	100,00%	100,00%

11. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins regulatórios, a “Companhia” seguiu a regulamentação regulatória, determinada pela ANEEL e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico-MCSE; e seguiu a regulamentação societária para elaborar as Demonstrações Contábeis Societárias. Sendo assim, havendo diferenças entre as práticas contábeis regulatórias e a societárias, há necessidade de apresentar reconciliação das informações. Para o exercício de 2018, a “Companhia” considerou no Ativo Não Circulante o montante de R\$ 224.219 (duzentos e vinte e quatro mil e duzentos e dezenove reais), sob a nomenclatura Ativo Financeiro Contratual, vez que não há programação de recebimento ao longo de 2019.



Claudio Zopone
Diretor Administrativo
CPF 131.114.538-98



Sebastião Correa de Carvalho Filho
CRC 1-SP-132358-O/3
CPF 059.549.898-18

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da
TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.
Bauru –SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2018** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TRANSMISSORA LAGOS SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Empresas supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Bauru (SP), 23 de abril de 2019



ACS AMÉRICA
audidores independentes
CRC 2SP026990/O-2



Alberto F Costa
CRC1SP164292/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba– Cep 16.052-045 Fone (18) 98121 7090 ou 3608 5058
e-mail: alberto@acsauditores.com.br